

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20240032 – SAP
PROCESSO NUP 18001.001829/2024-61
UASG: 943001
Número Comprasnet: 91225/2024

A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO-SAP, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO por GRUPO conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens do grupo. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será PARCELADA

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a aquisição de insumos para manutenção das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2. A licitação será realizada por item conforme tabela constante do termo de referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela pregoeira Antonia Gleiva Nunes de Sousa Montenegro.

5.3. Em atendimento à Portaria/PGE nº 038/2022, de 17 de março de 2022, a audiência que possa ser requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações, da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada por meio presencial ou eletrônico e remoto, com o uso de solução tecnológica de videoconferência. Tal formalidade não se aplica no caso de simples instruções, tais como, provocações sobre datas, estágio de tramitação e demais orientações meramente procedimentais, sem qualquer intervenção de mérito, que serão prestadas pela equipe de apoio da Central de Licitações, sob a supervisão de seu responsável.

5.3.1. A referida audiência realizar-se-á na presença de pelo menos 01 (um) Procurador do Estado, ou pela coordenação da Central de Licitações, de acordo com o caso, e deverá ser registrada em meio hábil à verificação do ato.

5.3.2. Observa-se que a solicitação de audiência deverá ser previamente encaminhada por e-mail, com indicação expressa do assunto e do processo licitatório a que relaciona. Quando realizada por meio eletrônico e remoto, a audiência deverá ficar registrada por meio de gravação e armazenamento de imagem e vídeo ou por redução a termo do ato.

5.3.3. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3459-6373 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **21/11/2024**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **03/12/2024, às 9h.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **03/12/2024, às 9h.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

2024 - 18100004.06.421.197.20843.03.339030.1.5009100000.0 - 13138

2024 - 18100010.06.122.421.20158.03.339030.1.5009100000.0 - 28115

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor

familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. A participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

11.1.1. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

11.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

11.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

11.2. Habilitação Jurídica

11.2.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

11.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

11.3.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

11.3.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.1.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.3.1.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.3.1.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.3.1.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.3.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

11.3.4. Os documentos enumerados no subitem 11.4.1, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 11.4.1.3, 11.4.1.4 e 11.3.1.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

11.3.5. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

11.3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.3.6.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

11.3.6.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

11.3.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

11.3.7.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU - Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas conforme subitem 12.6.1, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.4 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

12.6.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.7.1 ao 12.7.5, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

14.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. No modo de disputa **“aberto e fechado”** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.13.7. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor menor do lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.20.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.20.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.20.2.2. Empresas brasileiras;

14.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.20.3. Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

14.20.3.1. Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

14.20.3.2. A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

14.20.3.3. O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.21.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação,

for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.21.4. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.22. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no subitem 12.3, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.1 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral(CRC)CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas(CNEP), mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.21.5 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

- 15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 15.7.6. Deixar de apresentar a declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas conforme subitem 12.6.1 deste edital.
- 15.7.7. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.
- 15.7.8. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando exigida;
- 15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.
- 15.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.
- 15.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.
- 16.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.
- 16.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.
- 16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

16.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

17.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5. Fraudar a licitação;

17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

17.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 a multa será de 7,5% (sete e meio por cento) do valor do contrato licitado.

17.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação possui **caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Garantia

20.6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

20.7. Da Subcontratação.

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2024

LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO

Ordenador de Despesa

FÁTIMA LÚCIA CAMPELO CONRADO CORREIA LIMA

Coordenadora da Assessoria Jurídica

OAB-CE N°. 4450 /Matrícula N°. 000592-2-6

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO NUP 18001.001829/2024-61**

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização – Coordenadoria Administrativa –SAP/COADM

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de insumos para manutenção das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento PARCELADA.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

GRUPO 01			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT
1	AREIA MÉDIA. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	3.360
2	AREIA TIPO ARISCO. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	1.200
3	PEDRA BRITADA TIPO PEDRISCO. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	2.040
4	BRITA Nº 01. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	2.040
5	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO, ARRIMO FUNDAÇÃO. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	600
6	PÓ DE PEDRA. Avulso 1.0 metro cúbico.	M³	3.000
7	CIMENTO COR CINZA. Saco 50kg.	UNIDADE	30.000
8	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE FLEX, USO EXTERNO E INTERNO. AC II. Saco de 15kg.	UNIDADE	3.000
9	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE AC III FLEX. USO DE PISO SOBRE PISO. EXTERNO E INTERNO. Saco 15kg.	UNIDADE	3.000
10	TINTA SUPERCAL EM PÓ - Pacote 20kg.	UNIDADE	800
11	REJUNTE FLEXÍVEL CERÂMICO, USO INTERNO E EXTERNO. COR BRANCA. Pacote de 1.0kg.	UNIDADE	1.800
12	TELHA FIBROCIMENTO MEDINDO 5MM. Avulso 1,0 unidade (1,83mx1,10mX5,0mm)	UNIDADE	7.000
13	TIJOLO CERÂMICA 09X19X19 (08 FUROS) AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	60.000
14	TIJOLO PARA VOLTERRANA H8. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	10.000
15	PLACA ISOPOR PARA TIJOLO H8. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	2.000
16	TELA TIPO MALHA POP. AÇO NERVURADO TG8. TELA 2X3m. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	2.500
17	ESTRUTURA TRELIÇA AÇO NEVURADO 8X12 TG 8 - VARA - 6.00 M	M	2.400
18	AÇO VERGALHÃO CA-50 – 12,50MM. 1/2. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	9.244
19	AÇO VERGALHÃO. 16MM. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	24.048
20	AÇO VERGALHÃO CA-50 - 10MM 3/8. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	18.500
21	AÇO VERGALHAO CA- 50 - 6,3 MM 1/4. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	8.000
22	AÇO VERGALHÃO CA - 50 8.0MM. 5/16. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	9.000

23	AÇO VERGALHAO CA- 60 - 5MM 3/15. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	2.000
24	AÇO VERGALHÃO CA-60 4.2MM – 3/16. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	2.000
25	BARRA DE FERRO CHATA 1"X 1/4. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	3.500
26	BARRA DE FERRO CHATA 1"1/2 X 3/16 . Avulso 1,0 Quilograma.	KG	3.500
27	PERFIL METÁLICO TIPO UDC DIMENSÕES 4x2,00MM COMPASNET: UNIDADE = BARRA	BARRA	400
28	PERFIL METÁLICO ESTRUTURAL DE AÇO UDC. DIMENSÕES: 4x2,65CM COMPASNET: UNIDADE = BARRA	BARRA	400
29	ARAME RECOZIDO BWG 18. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	1.200
30	ESTRUTURA TRELIÇA AÇO NERVURADO. 12X6X4,2MM. Avulso 1,0 Metro. COMPASNET: UNIDADE = METRO	METRO	5.400
31	DISCO DE CORTE, 7 X 1/8 X 7/8", PARA AÇO INOX Nº 07. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	5.000
32	DISCO DE CORTE DIAMANTADO ASFALTO/CONCRETO Nº. 14 350MM. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	1.000
33	DISCO SERRA MÁRMORE PARA MADEIRA 105MMx20MM. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	1.000
34	ELETRODO DE SOLDA 3,25MM. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	2.000
35	BROCA AÇO RÁPIDO ENCAIXE PARA CONCRETO Nº. 10. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	800
36	BROCA PARA CONCRETO SDS PLUS 08x160mm (ENCAIXE). Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	150
37	GESSO EM PÓ SACA DE 40 kg. Avulso Saco 40,0 Quilogramas.	UNIDADE	1.500
38	FORRO GESSO PLACA LISA ACABAMENTO SUPERFICIAL NATURAL 60x60. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	3.000
39	GESSO BLOCO. DIMENSÕES: 50x67. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	3.000
40	ARAME GALVANIZADO Nº. 14. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	400
41	AGUARRAS MINERAL 900ML.	UNIDADE	500
42	GESSO COLA. Avulso saco de 5,0 Quilogramas.	UNIDADE	1.500
43	BARBANTE SISAL PARA GESSO, DESFIADO, FIBRA NATURAL. Avulso Rolo de 1,0 Quilograma.	KG	200
44	SELADOR PARA ENCHIMENTO E SELAGEM DE MADEIRA (INCOLOR). Avulso galão de 3,6 litros.	UNIDADE	100
45	SOLVENTE THINNER 900ML. Avulso galão de 900,0 mm.	UNIDADE	800
46	TINTA ANTICORROSIVA TIPO FERROLACK. Avulso 1,0 Litro.	UNIDADE	1.500
47	MASSA ACRÍLICA PARA PAREDE. Avulso 25 Quilogramas.	UNIDADE	800
48	MASSA CORRIDA PVA. Avulso 25 Quilogramas.	UNIDADE	800
49	TEXTURA ACRÍLICA EXTERIOR. CORES VARIADAS. Avulso Lata de 15 Litros.	UNIDADE	500
50	SELADOR ACRÍLICO FUNDO PIGMENTADO. CORES VARIADAS. PAREDES INTERNAS E EXTERNAS. Avulso Lata de 15 Litros.	UNIDADE	600
51	SELADOR PVA. Avulso Lata de 15 Litros.	UNIDADE	600
52	TINTA ACRÍLICA. CORES VARIADAS. Avulso Lata de 15 Litros.	UNIDADE	900
53	TINTA ACRÍLICA PREMIUM. CORES VARIADAS. Avulso Lata de 18 Litros.	UNIDADE	500
54	MANTA ASFÁLTICA LÍQUIDA. Avulso balde de 18 Litros.	UNIDADE	200
55	TINTA ESMALTE ECO PREMIUM. BASE ÁGUA. BRILHANTE. SEM CHEIRO. SECAGEM RÁPIDA. Avulso galão de 3,6 Litros.	UNIDADE	700
56	TINTA ESMALTE SINTÉTICO. CORES VARIADAS. Avulso	UNIDADE	600

	Galão de 3,6 Litros.		
57	LIXA FERRO GRÃO ,FOLHA 225X275 MM, OXIDO DE ALUMÍNIO. Nº. 80. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	2.000
58	LIXA PAREDE Nº. 100. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	8.000
59	PISO CERÂMICO ESMALTADO 46X46. Avulso 1,0 metro quadrado.	M²	4.000
60	CERÂMICA REVESTIMENTO ESMALTADO. Avulso 1,0 metro quadrado.	M²	3.000
61	PREGO 2 x 14 COM CABEÇA REDONDA GALVANIZADO. Avulso Saco de 1,0 Quilograma.	KG	200
62	PREGO COM CABEÇA 1.1/4x9. Avulso Saco de 1,0 Quilograma.	KG	300
63	PREGO COM CABEÇA 1.1/4x15. Avulso Saco de 1,0 Quilograma.	KG	300
64	BACIA SANITÁRIA. CAIXA ACOPLADA DE DESCARGA. COR BRANCA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	200
65	BACIA SANITÁRIA TURCA LOUÇA. BRANCA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	300
66	BACIA SANITÁRIA SIMPLES. LOUÇA. BRANCA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	200
67	LAVATÓRIO LOUÇA SUSPENSO. COR BRANCA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	200
68	LAVATÓRIO LOUÇA COM COLUNA. COR BRANCA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	100
69	TORNEIRA CROMADA LAVATÓRIO 1/2" E 3/4". Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	400
70	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASO SANITÁRIO 10X80. Avulso 1,0 Par.	UNIDADE	800
71	REGISTRO DE PRESSÃO SIMPLES BITOLA 1/2". Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	200
72	ENGATE RABICHO PVC ÁGUA 1/2". 50CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	400
73	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM. VARA DE 6M. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	1.200
74	VARA TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM. VARA DE 6M. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	600
75	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM VARA 6 M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400
76	TUBO PVC SOLDÁVEL 150MM X 60 M AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	300
77	TUBO PVC ESGOTO 100MM VARA 6M AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	500
78	TUBO PVC ESGOTO 40MM VARA 6M AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400
79	TUBO PVC ESGOTO 50MM VARA 6M AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400
80	TUBO PVC ESGOTO 75MM VARA 6M AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	300
81	COMPENSADO PLASTIFICADO 1,22x2,44M. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	600
82	MASSA PARA MADEIRA 1,5KG. Avulso 1,0 Quilograma.	UNIDADE	200
83	PORTA SANFONADA PVC BRANCA 2,10CM x 0,80CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	60
84	PORTA PARANÁ EM MADEIRA, MEDINDO 2,10M X 0,60M. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	100
85	PORTA PARANA 80CM x 2,10M. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	250
86	PORTA PARANA 2,10CM x 90CM. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	60
87	PORTA DE ALUMÍNIO, 2,10CM x 60CM. LD/LE. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	80

88	JANELA ALUMÍNIO. VIDRO DE CORRER. 02 FOLHAS. 1,50 x 1,00. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	100
89	JANELA DE VIDRO TIPO BASCULANTE 50x50. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	150
90	RIPA EM MADEIRA MASSARANDUBA. Avulso 1,0 Metro.	METRO	2.000
91	LINHA 5 x 2" 1/2". MASSARANDUBA. Avulso 1,0 Metro.	METRO	2.000
92	BARROTE MASSARANDUBA 3M x 3M. Avulso 1,0 Unidade.	METRO	2.000
93	TÁBUA DE PINOS 2,50 x 30CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	2.000
94	CAIBRO MASSARANDUBA. Avulso 1,0 Metro.	METRO	2.000
95	PARAFUSO GALVANIZADO. FIXAÇÃO TELHA AMIANTO. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	2.000
96	ROLO PARA PINTURA ANTIRRESPINGO 23CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	400
97	ROLO DE TEXTURA ANTIGOTA 23CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	300
98	ROLO DE PINTURA ANTIGOTA 9CM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	100
99	LONA PLÁSTICA. Avulso 1,0 metro quadrado.	M ²	2.000
100	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO METÁLICO TRIFÁSICO DE EMBUTIR 63 A COM BARRAMENTO PARA 24 DISJUNTORES. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	15
101	PONTEIRA PARA ROMPEDOR 18x400MM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	50
102	TALHADEIRA PARA ROMPEDOR. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	50
103	PONTEIRA PARA MARTELETE 14" 230MM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	300
104	TALHADEIRA PARA MARTELETE 14" 230MM. Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	300
105	CABO EM PVC 1000V 2,5MM ² . Avulso 1,0 Metro.	M	25.000
106	CABO FLEXÍVEL 750 V 4MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	15.000
107	CABO FLEXÍVEL 750 6MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	10.000
108	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 10MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	3.000
109	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 16MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	2.500
110	CABO FLEXÍVEL 1,0KV 25MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	2.000
111	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 50MM ² . AVULSO 1,0 METRO	M	1.500
112	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1/2". Avulso 1,0 Unidade.	M	1.200
113	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4". Avulso 1,0 Unidade.	M	1.200
114	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1". Avulso 1,0 Unidade.	M	5.000
115	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 2". Avulso 1,0 Unidade.	M	2.000
116	ELETRODUTO FLEXÍVEL 3/4". Avulso 1,0 Unidade.	M	4.000
117	ELETRODUTO FLEXÍVEL 1". Avulso 1,0 Unidade.	M	4.000
118	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 02 LÂMPADAS LED 40 W SOBREPOR	UNIDADE	200
119	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 02 LÂMPADAS LED 20 W SOBREPOR	UNIDADE	200
120	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 01 LÂMPADA LED 20 W SOBREPOR	UNIDADE	200
121	CAIXA PVC 2"x4" DE EMBUTIR	UNIDADE	500
122	INTERRUPTOR PARALELO (THREE WAY) 10A-250V	UNIDADE	20
123	INTERRUPTOR TRIPLO, TRÊS SESSÕES, 10A-250V	UNIDADE	50
124	INTERRUPTOR DUPLO, DUAS SESSÕES, 10A-250V	UNIDADE	100
125	INTERRUPTOR SIMPLES, UMA SESSÃO, 10A-250V	UNIDADE	100
126	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 32 A	UNIDADE	20
127	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 20 A	UNIDADE	100
128	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 16 A	UNIDADE	100
129	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 10 A	UNIDADE	100
130	TOMADA DUPLA 2P+T	UNIDADE	200
131	FITA ALTO FUSÃO 5M	UNIDADE	50
132	FITA ISOLANTE 5M	UNIDADE	200
133	TOMADA PARA INFORMÁTICA - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	200

134	TOMADA DUPLA 2P+T - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	200
135	TAMPA DE EXTREMIDADE - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100
136	JUNÇÃO "T" - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100
137	Junção "L" - Cotovelo Interno - Sistema X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100
138	CANALETA SISTEMA X - 110mm x 20mm	M	200
139	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 100mm x 50mm	UNIDADE	100
140	CAIXA DE DERIVAÇÃO L - Sistema X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100
141	TE HORIZONTAL PERFURADO PARA ELETROCALHA 100mm	UNIDADE	100
142	EMENDA INTERNA TIPO U PARA ELETROCALHA PERFURADA 100mm x 50mm	UNIDADE	100
143	ELETROCALHA PERFURADA 100mm x 50mm	M	500
144	TAMPA PARA ELETROCALHA PERFURADA 100mm	UNIDADE	500
145	CURVA PVC ROSCA 90° PARA ELETRODUTO DE 1"	UNIDADE	1.000
146	CONDULETE PVC 4" x 2" CINZA	UNIDADE	500
147	CONECTOR (ADAPTADOR) PARA CONDULETE PVC CINZA 3/4"	UNIDADE	500
148	CONECTOR (ADAPTADOR) PARA CONDULETE PVC CINZA 1"	UNIDADE	500
149	ABRAÇADEIRA CONDULETE PARA ELETRODUTO 3/4"	UNIDADE	1.000
150	ABRAÇADEIRA CONDULETE PARA ELETRODUTO 1"	UNIDADE	1.000
151	PARAFUSO 6,0 x 50	UNIDADE	1.000
152	BUCHA PLÁSTICA S8	UNIDADE	1.000
153	TAMPA CEGA PARA CONDULETE 4" x 2"	UNIDADE	200
154	TAMPA PARA CONDULETE PVC DUAS TOMADAS	UNIDADE	200
155	TAMPA PARA CONDULETE PVC INTERRUPTOR	UNIDADE	200
156	TOMADA DUPLA 2P+T PARA CONDULETE SEM PLACA	UNIDADE	200
157	CABO COBRE NU 16MM². Avulso 1,0 Metro.	M	700
158	CABO COBRE NU 25MM². Avulso 1,0 Metro.	M	700
159	LUVA EM PVC PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL 3/4"	UNIDADE	1.000
160	LUVA EM PVC PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL 1"	UNIDADE	1.000
161	CURVA PVC ROSCA 90° PARA ELETRODUTO DE 3/4"	UNIDADE	1.000
162	HIDROFUGANTE PARA CONCRETO E FACHADAS - QUARTZOLITE OU SIMILAR GALÃO 3,6L	UNIDADE	100
163	TINTA ACRÍLICA PARA ÁREA EXTERNA/FACHADAS – LATA 18L	UNIDADE	500
164	LIQUIBRILHO INCOLOR GALÃO 3,6 L	UNIDADE	300
165	REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE SEMI-FLEXÍVEL - SIKATOP OU SIMILAR - KG	UNIDADE	540
166	CANTONEIRA DE ALUMÍNIO CORES DIVERSAS - PERFIL L- DIMENSÕES=1,95m x 19,05mm;QUANTIDADE =195 M	METRO	100
167	PORCELANATO ACETINADO INTERNO E EXTERNO 70X70CM	M²	2.500
168	ESPAÇADOR/NIVELADOR 1 A 5MM - SACO 50 PEÇAS	UNIDADE	100
169	CANALETA PARA PISO BOLEADA, CORES DIVERSAS	METRO	150
170	TINTA PARA PISO EXTERNO CORES DIVERSAS - 18L	UNIDADE	150
171	MANTA ASFÁLTICA 3MM - SIKA OU SIMILAR (ROLO)	UNIDADE	150
172	PRIMER PARA MANTA ASFÁLTICA - GALÃO 3,6L	UNIDADE	100
173	TELHA METÁLICA TRAPEIZODAL 3,00X1,04M	UNIDADE	1.000
174	CUMEEIRA METÁLICA GALVANIZADA TRAPEIZODAL 40X60 - 1M	UNIDADE	500
175	CALHA METÁLICA GALVANIZADA DESENVOLVIMENTOS DIVERSOS COMPRASNET: UNIDADE = M²	M²	500
176	RUFO METÁLICO GALVANIZADO EXTERNO 3M X 24 CM	UNIDADE	500

177	CHAPIM DE CONCRETO OU SIMILAR ESPESSURA MÍNIMA 25CM - AVULSO 1.0 METRO	UNIDADE	500
178	RALO TIPO ABACAXI 100MM	UNIDADE	50
179	ESCOVA DE AÇO MANUAL COM CABO PLÁSTICO 5 OU 4 FILEIRAS E RASPADOR	UNIDADE	25
180	CIMENTO ARGAMASSA GRAUTE INTERNO E EXTERNO SACO 25 KG	UNIDADE	70
181	JANELA DE CORRER ALUMÍNIO. VIDRO DE CORRER 02 FOLHAS 1,00X1,00	UNIDADE	25
182	JANELA DE ALUMÍNIO. MAXIM AR SEM GRADE 1,00X0,50	UNIDADE	25
183	PORTA DE ALUMÍNIO DE ALUMÍNIO. 90CM	UNIDADE	25
184	PORTA DE ALUMÍNIO DE ALUMÍNIO. 80CM	UNIDADE	25
185	CHAPA DE POLICARBONATO OU ACRÍLICO COMPACTO TRANSPARENTE 3MM COMPRASNET: UNIDADE = M²	M²	250
186	PORTA TIPO FICHA DIMENSÃO MADEIRA NOBRE 80CM	UNIDADE	20
187	PORTA TIPO FICHA MADEIRA NOBRE DIMENSÃO 90CM	UNIDADE	20
188	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 60CM	UNIDADE	100
189	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 80CM	UNIDADE	100
190	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 90CM	UNIDADE	50
191	SELANTE ACRÍLICO FLEXÍVEL - BISNAGA OU BALDE DE 5KG	UNIDADE	15
192	TORNEIRA DE MESA CROMADA COM TEMPORIZADOR CANO CURTO BICA BAIXA - TIPO PRESSMATIC	UNIDADE	150
193	TORNEIRA DE BANCADA CANO MÉDIO TIPO ALAVANCA CROMADA	UNIDADE	25
194	CUBA DE EMBUTIR OVAL BRANCO 40X30CM DE LOUÇA	UNIDADE	60
195	PEDRA DE GRANITO CORES VARIADAS (CASO FOR DEFINIR COR USAR PRETO SÃO GABRIEL E CINZA ANDORINHA)	M²	100
196	ESPELHO LAPIDADO 4mm (a dimensão do espelho varia de acordo com o projeto, por isso o pedido é feito por m2)	M²	50
197	CHAPA DE AÇO PLANA ESPESSURA 3mm ,DIMENSÕES 3,00m x 1,20m (LARGURA X ALTURA) OU SIMILAR	M²	250
198	TUBO DE AÇO TIPO METALON, DIMENSÕES 20 x 20 x 6000mm (LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA) ESPESSURA 5mm, BARRA DE 6m	UNIDADE	200
199	PLACAS DE MDF, CORES DIVERSAS 22mm DIMENSÕES DA CHAPA 1850 x 2750mm, UNIDADES DE FORNECIMENTO UND. (POR CHAPA) a cor varia dependendo do projeto	UNIDADE	500
200	FITA DE BORDA PARA MDF CORES DIVERSAS 22mm unidade de fornecimento rolo 50M (a cor varia dependendo do projeto) Fita de borda de plástico PVC	ROLO	200
201	BARRA CHATA 2" X 3/8"	KG	1.500
202	TUBO AÇO GALVANIZADO, DIMENSÕES 1/1,55MM - 6M	UNIDADE	500
203	PLACA DE GESSO STANDART ACARTONADO (DRYWALL) 1,80X1,20M BRANCA	UNIDADE	500
204	PERFIL METÁLICO TIPO AÇO ZINCADO PARA INSTALAÇÃO DE ACARTONADO F530 PARA FORRO (4,6CMX1,8CMX3M)	UNIDADE	300
205	FITA TELADA AUTO ADESIVO PARA JUNTAS DE DRYWALL BRANCA BRANCA 5mm (ROLO 30m)	UNIDADE	50
206	MASSA PARA DRYWALL (MASSA PRONTA PARA TRATAMENTO DE JUNTAS) 15KG	UNIDADE	200

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado do(a) assinatura, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Secretaria de Administração Penitenciária – SAP, instituída pela Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, tem por objetivo gerenciar o sistema penitenciário, em conformidade com a Lei, proporcionando o cumprimento da execução penal de forma eficiente, garantindo a segurança e a dignidade das pessoas no âmbito do sistema prisional. Este Estudo Técnico Preliminar se faz necessário, pois diante da possibilidade de desgastes predial nas Unidades Prisionais, é de grande importância a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS**. As ações em questão, além de atuar na ressocialização dos internos, visa empregar a mão de obra carcerária nos núcleos de atividades da construção civil e consequentemente incidindo diretamente na redução dos custos dos serviços.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023, conforme detalhado na Lei nº 18.537, de 30 de outubro de 2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. O presente certame será através de PREGÃO ELETRÔNICO para aquisição com entrega de forma PARCELADA de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS.

4.2. Os bens a serem adquiridos deverão ser entregues na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP), nas Unidades Prisionais localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza, por demanda, em dias úteis, de 8h às 12h e de 13h às 16h, podendo ser alterado, desde que comunicado à empresa contratada nos prazos estipulados no Termo de Referência ou outro documento similar.

Caso a empresa contratada não se apresente na data determinada para a entrega e não apresente a devida justificativa será aplicada, conforme o caso, as sanções previstas na Lei 14.133/21 e suas correlatas, bem como as demais normas cabíveis. O quadro com especificações detalhadas dos materiais constará no mesmo que indicar os quantitativos e valores, no capítulo que trata de estimativas de valor.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

6.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Condições de Entrega

6.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue no(a) **Rua Gentilândia, nº 203, Galpão 03 e 04, Bairro Jangurussu, Fortaleza/CE, em dias úteis, de 08:00 horas às 12:00 horas e de 13:00 horas às 16:00 horas** em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo. **As parcelas serão entregues na forma em documento no ANEXO I do Termo de**

Referência, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

6.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo 02 (dois) dias úteis dias antes do prazo previsto para entrega.

6.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias consecutivos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, “a” da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (dias) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Antecipação de Pagamento

8.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

9.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

9.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

9.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

9.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

10.1.9. A presente aquisição de material de construção (insumos) apresenta os possíveis impactos ambientais abaixo mencionados, com suas respectivas medidas de tratamento:

10.1.9.1. No caso de reforma e manutenção para conservação das Unidades Prisionais deverá obedecer aos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.1.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

10.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

10.1.13.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.17. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

10.1.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

2024 - 18100004.06.421.197.20843.03.339030.1.5009100000.0 - 13138

2024 - 18100010.06.122.421.20158.03.339030.1.5009100000.0 - 28115

12. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. ANEXO A – Cronograma de Entrega.

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

CRONOGRAMA DE ENTREGA

ITEM	GRUPO 01 ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UND FORN.	QUANT	1ª Entrega	2ª Entrega	3ª Entrega	4ª Entrega
1	AREIA MÉDIA. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	3.360	1008	1008	672	672
2	AREIA TIPO ARISCO. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	1.200	360	360	240	240
3	PEDRA BRITADA TIPO PEDRISCO. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	2.040	612	612	408	408
4	BRITA Nº 01. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	2.040	612	612	408	408
5	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO, ARRIMO FUNDAÇÃO. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	600	180	180	120	120
6	PÓ DE PEDRA. Avulso - 1.0 metro cúbico.	M³	3.000	900	900	600	600
7	CIMENTO COR CINZA. Saco 50kg.	UNIDADE	30.000	9000	9000	6000	6000
8	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE FLEX, USO EXTERNO E INTERNO. AC II. - Saco de 15kg.	UNIDADE	3.000	900	900	600	600
9	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE AC III FLEX. USO DE PISO SOBRE PISO. EXTERNO E INTERNO. Saco 15kg.	UNIDADE	3.000	900	900	600	600
10	TINTA SUPERCAL EM PÓ Pacote 20kg.	UNIDADE	800	240	240	160	160
11	REJUNTE FLEXÍVEL CERÂMICO, USO INTERNO E EXTERNO. COR BRANCA. - Pacote de 1.0kg.	UNIDADE	1.800	540	540	360	360
12	TELHA FIBROCIMENTO MEDINDO 5MM. (1,83mx1,10mX5,0mm) Avulso - 1,0 unidade	UNIDADE	7.000	2100	2100	1400	1400
13	TIJOLO CERÂMICA 09X19X19 (08 FUROS) Avulso - 1,0 UNIDADE	UNIDADE	60.000	18000	18000	12000	12000

14	TIJOLO PARA VOLTERRANA H8. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	10.000	3000	3000	2000	2000
15	PLACA ISOPOR PARA TIJOLO H8. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	2.000	600	600	400	400
16	TELA TIPO MALHA POP. AÇO NERVURADO TG8. TELA 2X3m. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	2.500	750	750	500	500
17	ESTRUTURA TRELIÇA AÇO NERVURADO 8X12 TG 8 VARA - 6.00 M	M	2.400	720	720	480	480
18	AÇO VERGALHÃO CA-50 - 12,50MM 1/2. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	9.244	2774	2774	1848	1848
19	AÇO VERGALHÃO. 16MM. Avulso 1,0 Quilograma.	KG	24.048	7215	7215	4809	4809
20	AÇO VERGALHÃO CA-50 - 10MM 3/8. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	18.500	5550	5550	3700	3700
21	AÇO VERGALHAO CA- 50 - 6,3 MM 1/4. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	8.000	2400	2400	1600	1600
22	AÇO VERGALHÃO CA - 50 8.0MM. 5/16. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	9.000	2700	2700	1800	1800
23	AÇO VERGALHAO CA- 60 - 5MM 3/15. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	2.000	600	600	400	400
24	AÇO VERGALHÃO CA-60 4.2MM - 3/16. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	2.000	600	600	400	400
25	BARRA DE FERRO CHATA 1"X 1/4. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	3.500	1050	1050	700	700
26	BARRA DE FERRO CHATA 1"1/2 X 3/16. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	3.500	1050	1050	700	700
27	PERFIL METÁLICO TIPO UDC DIMENSÕES 4x2,00MM	BARRA	400	120	120	80	80
28	PERFIL METÁLICO ESTRUTURAL DE AÇO UDC. DIMENSÕES: 4x2,65CM	BARRA	400	120	120	80	80
29	ARAME RECOZIDO BWG 18. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	1.200	360	360	240	240
30	ESTRUTURA TRELIÇA AÇO NERVURADO. 12X6X4,2MM. Avulso - 1,0 Metro.	METRO	5.400	1620	1620	1080	1080
31	DISCO DE CORTE, 7 X 1/8 X 7/8", PARA AÇO INOX Nº 07. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	5.000	1500	1500	1000	1000
32	DISCO DE CORTE DIAMANTADO ASFALTO/CONCRETO Nº. 14 350MM Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	1.000	300	300	200	200

33	DISCO SERRA MÁRMORE PARA MADEIRA 105MMx20MM. Avulso 1,0 unidade.	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
34	ELETRODO DE SOLDA 3,25MM. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	2.000	600	600	400	400
35	BROCA AÇO RÁPIDO ENCAIXE PARA CONCRETO Nº. 10. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	800	240	240	160	160
36	BROCA PARA CONCRETO SDS PLUS 08x160mm (ENCAIXE). Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	150	45	45	30	30
37	GESSO EM PÓ SACA DE 40 kg. Avulso - Saco 40,0 Quilogramas.	UNIDADE	1.500	450	450	300	300
38	FORRO GESSO PLACA LISA ACABAMENTO SUPERFICIAL NATURAL 60x60. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	3.000	900	900	600	600
39	GESSO BLOCO. DIMENSÕES: 50x67. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	3.000	900	900	600	600
40	ARAME GALVANIZADO Nº. 14. Avulso - 1,0 Quilograma.	KG	400	120	120	80	80
41	AGUARRAS MINERAL 900ML.	UNIDADE	500	150	150	100	100
42	GESSO COLA. Avulso - saco de 5,0 Quilogramas.	UNIDADE	1.500	450	450	300	300
43	BARBANTE SISAL PARA GESSO, DESFIADO, FIBRA NATURAL. Avulso - Rolo de 1,0 Quilograma.	KG	200	60	60	40	40
44	SELADOR PARA ENCHIMENTO E SELAGEM DE MADEIRA (INCOLOR). Avulso - galão de 3,6 litros.	UNIDADE	100	30	30	20	20
45	SOLVENTE THINNER 900ML. Avulso - galão de 900,0 mm.	UNIDADE	800	240	240	160	160
46	TINTA ANTICORROSIVA TIPO FERROLACK. Avulso - 1,0 Litro.	UNIDADE	1.500	450	450	300	300
47	MASSA ACRÍLICA PARA PAREDE. Avulso - 25 Quilogramas.	UNIDADE	800	240	240	160	160
48	MASSA CORRIDA PVA. Avulso - 25 Quilogramas.	UNIDADE	800	240	240	160	160
49	TEXTURA ACRÍLICA EXTERIOR. CORES VARIADAS. Avulso - Lata de 15 Litros.	UNIDADE	500	150	150	100	100

50	SELADOR ACRÍLICO FUNDO PIGMENTADO. CORES VARIADAS. PAREDES INTERNAS E EXTERNAS. Avulso - Lata de 15 Litros.	UNIDADE	600	180	180	120	120
51	SELADOR PVA. Avulso - Lata de 15 Litros.	UNIDADE	600	180	180	120	120
52	TINTA ACRÍLICA. CORES VARIADAS Avulso - Lata de 15 Litros.	UNIDADE	900	270	270	180	180
53	TINTA ACRÍLICA PREMIUM. CORES VARIADAS. Avulso - Lata de 18 Litros	UNIDADE	500	150	150	100	100
54	MANTA ASFÁLTICA LÍQUIDA. Avulso - balde de 18 Litros.	UNIDADE	200	60	60	40	40
55	TINTA ESMALTE ECO PREMIUM. BASE ÁGUA. BRILHANTE. SEM CHEIRO. SECAGEM RÁPIDA. Avulso - galão de 3,6 Litros.	UNIDADE	700	210	210	140	140
56	TINTA ESMALTE SINTÉTICO. CORES VARIADAS. Avulso - Galão de 3,6 Litros.	UNIDADE	600	180	180	120	120
57	LIXA FERRO GRÃO ,FOLHA 225X275MM, OXIDO DE ALUMÍNIO. Nº. 80. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	2.000	600	600	400	400
58	LIXA PAREDE Nº. 100. Avulso - 1,0 unidade.	UNIDADE	8.000	2400	2400	1600	1600
59	PISO CERÂMICO ESMALTADO 46X46. Avulso - 1,0 metro quadrado.	M²	4.000	1200	1200	800	800
60	CERÂMICA REVESTIMENTO ESMALTADO. Avulso - 1,0 metro quadrado.	M²	3.000	900	900	600	600
61	PREGO 2 x 14 COM CABEÇA REDONDA GALVANIZADO. Avulso - Saco de 1,0 Quilograma.	KG	200	60	60	40	40
62	PREGO COM CABEÇA 1.1/4x9. Avulso - Saco de 1,0 Quilograma.	KG	300	90	90	60	60
63	PREGO COM CABEÇA 1.1/4x15. Avulso - Saco de 1,0 Quilograma.	KG	300	90	90	60	60
64	BACIA SANITÁRIA. CAIXA ACOPLADA DE DESCARGA. COR BRANCA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	200	60	60	40	40
65	BACIA SANITÁRIA TURCA LOUÇA. BRANCA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	300	90	90	60	60
66	BACIA SANITÁRIA SIMPLES. LOUÇA BRANCA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	200	60	60	40	40
67	LAVATÓRIO LOUÇA SUSPENSO. COR BRANCA. Avulso - 1,0	UNIDADE	200	60	60	40	40

	Unidade.						
68	LAVATÓRIO LOUÇA COM COLUMA. COR BRANCA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	100	30	30	20	20
69	TORNEIRA CROMADA LAVATÓRIO 1/2" E 3/4". Avulso 1,0 Unidade.	UNIDADE	400	120	120	80	80
70	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASO SANITÁRIO 10X80. Avulso - 1,0 Par.	UNIDADE	800	240	240	160	160
71	REGISTRO DE PRESSÃO SIMPLES BITOLA 1/2". Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	200	60	60	40	40
72	ENGATE RABICHO PVC ÁGUA 1/2". 50CM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	400	120	120	80	80
73	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM. VARA DE 6M. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	1.200	360	360	240	240
74	VARA TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM. VARA DE 6M. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	600	180	180	120	120
75	TUBO PVC SOLDÁVEL 50MM VARA 6 M. AVULSO - 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400	120	120	80	80
76	TUBO PVC SOLDÁVEL 150MM X 60M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	300	90	90	60	60
77	TUBO PVC ESGOTO 100MM VARA 6M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	500	150	150	100	100
78	TUBO PVC ESGOTO 40MM VARA 6M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400	120	120	80	80
79	TUBO PVC ESGOTO 50MM VARA 6M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	400	120	120	80	80
80	TUBO PVC ESGOTO 75MM VARA 6M. AVULSO 1,0 UNIDADE	UNIDADE	300	90	90	60	60
81	COMPENSADO PLASTIFICADO 1,22x2,44M. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	600	180	180	120	120
82	MASSA PARA MADEIRA 1,5KG. Avulso - 1,0 Quilograma.	UNIDADE	200	60	60	40	40
83	PORTA SANFONADA PVC BRANCA 2,10CM x 0,80CM. Avulso 1,0 Unidade	UNIDADE	60	18	18	12	12
84	PORTA PARANÁ EM MADEIRA, MEDINDO 2,10M X 0,60M. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	100	30	30	20	20
85	PORTA PARANA 80CM x 2,10M. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	250	75	75	50	50
86	PORTA PARANA 2,10CM x 90CM. FORRAMENTO E FECHADURA. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	60	18	18	12	12

87	PORTA DE ALUMÍNIO, 2,10CM x 60CM. LD/LE. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	80	24	24	16	16
88	JANELA ALUMÍNIO. VIDRO DE CORRER. 02 FOLHAS. 1,50 x 1,00. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	100	30	30	20	20
89	JANELA DE VIDRO TIPO BASCULANTE 50x50. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	150	45	45	30	30
90	RIPA EM MADEIRA MASSARANDUBA. Avulso - 1,0 Metro	METRO	2.000	600	600	400	400
91	LINHA 5 x 2" 1/2". MASSARANDUBA. Avulso - 1,0 Metro.	METRO	2.000	600	600	400	400
92	BARROTE MASSARANDUBA 3M x 3M. Avulso - 1,0 Unidade.	METRO	2.000	600	600	400	400
93	TÁBUA DE PINOS 2,50 x 30CM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	2.000	600	600	400	400
94	CAIBRO MASSARANDUBA. Avulso - 1,0 Metro.	METRO	2.000	600	600	400	400
95	PARAFUSO GALVANIZADO. FIXAÇÃO TELHA AMIANTO. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	2.000	600	600	400	400
96	ROLO PARA PINTURA ANTIRRESPINGO 23CM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	400	120	120	80	80
97	ROLO DE TEXTURA ANTIGOTA 23CM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	300	90	90	60	60
98	ROLO DE PINTURA ANTIGOTA 9CM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	100	30	30	20	20
99	LONA PLÁSTICA. Avulso - 1,0 metro quadrado.	M²	2.000	600	600	400	400
100	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO METÁLICO TRIFÁSICO DE EMBUTIR 63 A COM BARRAMENTO PARA 24 DISJUNTORES. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	15	5	5	3	2
101	PONTEIRA PARA ROMPEDOR 18x400MM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	50	15	15	10	10
102	TALHADEIRA PARA ROMPEDOR. Avulso -1,0 Unidade.	UNIDADE	50	15	15	10	10
103	PONTEIRA PARA MARTELETE 14" 230MM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	300	90	90	60	60
104	TALHADEIRA PARA MARTELETE 14" 230MM. Avulso - 1,0 Unidade.	UNIDADE	300	90	90	60	60
105	CABO EM PVC 1000V 2,5MM². Avulso - 1,0 Metro.	M	25.000	7500	7500	5000	5000

106	CABO FLEXÍVEL 750 V 4MM². AVULSO - 1,0 METRO	M	15.000	4500	4500	3000	3000
107	CABO FLEXÍVEL 750 6MM². AVULSO - 1,0 METRO	M	10.000	3000	3000	2000	2000
108	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 10MM². AVULSO - 1,0 METRO	M	3.000	900	900	600	600
109	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 16MM². AVULSO 1,0 METRO	M	2.500	750	750	500	500
110	CABO FLEXÍVEL 1,0KV 25MM². AVULSO - 1,0 METRO	M	2.000	600	600	400	400
111	CABO FLEXÍVEL 1,0 KV 50MM². AVULSO 1,0 METRO	M	1.500	450	450	300	300
112	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1/2". Avulso - 1,0 Unidade.	M	1.200	360	360	240	240
113	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4". Avulso - 1,0 Unidade.	M	1.200	360	360	240	240
114	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1". Avulso - 1,0 Unidade.	M	5.000	1500	1500	1000	1000
115	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 2". Avulso - 1,0 Unidade.	M	2.000	600	600	400	400
116	ELETRODUTO FLEXÍVEL 3/4". Avulso - 1,0 Unidade.	M	4.000	1200	1200	800	800
117	ELETRODUTO FLEXÍVEL 1". Avulso - 1,0 Unidade.	M	4.000	1200	1200	800	800
118	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 02 LÂMPADAS LED 40 W SOBREPOR	UNIDADE	200	60	60	40	40
119	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 02 LÂMPADAS LED 20 W SOBREPOR	UNIDADE	200	60	60	40	40
120	LUMINÁRIA TUBULAR PARA 01 LÂMPADA LED 20 W SOBREPOR	UNIDADE	200	60	60	40	40
121	CAIXA PVC 2"x4" DE EMBUTIR	UNIDADE	500	150	150	100	100
122	INTERRUPTOR PARALELO (THREE WAY) 10A-250V	UNIDADE	20	6	6	4	4
123	INTERRUPTOR TRIPLO, TRÊS SESSÕES, 10A-250V	UNIDADE	50	15	15	10	10
124	INTERRUPTOR DUPLO, DUAS SESSÕES, 10A-250V	UNIDADE	100	30	30	20	20
125	INTERRUPTOR SIMPLES, UMA SESSÃO, 10A-250V	UNIDADE	100	30	30	20	20
126	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 32 A	UNIDADE	20	6	6	4	4
127	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 20 A	UNIDADE	100	30	30	20	20
128	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 16 A	UNIDADE	100	30	30	20	20
129	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR 10 A	UNIDADE	100	30	30	20	20

130	TOMADA DUPLA 2P+T	UNIDADE	200	60	60	40	40
131	FITA ALTO FUSÃO 5M	UNIDADE	50	15	15	10	10
132	FITA ISOLANTE 5M	UNIDADE	200	60	60	40	40
133	TOMADA PARA INFORMÁTICA - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	200	60	60	40	40
134	TOMADA DUPLA 2P+T - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	200	60	60	40	40
135	TAMPA DE EXTREMIDADE - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
136	JUNÇÃO "T" - SISTEMA X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
137	Junção "L" - Cotovelo Interno - Sistema X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
138	CANALETA SISTEMA X - 110mm x 20mm	M	200	60	60	40	40
139	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 100mm x 50mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
140	CAIXA DE DERIVAÇÃO L - Sistema X - 110mm x 20mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
141	TE HORIZONTAL PERFURADO PARA ELETROCALHA 100mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
142	EMENDA INTERNA TIPO U PARA ELETROCALHA PERFURADA 100mm x 50mm	UNIDADE	100	30	30	20	20
143	ELETROCALHA PERFURADA 100mm x 50mm	M	500	150	150	100	100
144	TAMPA PARA ELETROCALHA PERFURADA 100mm	UNIDADE	500	150	150	100	100
145	CURVA PVC ROSCA 90° PARA ELETRODUTO DE 1"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
146	CONDULETE PVC 4" x 2" CINZA	UNIDADE	500	150	150	100	100
147	CONECTOR (ADAPTADOR) PARA CONDULETE PVC CINZA 3/4"	UNIDADE	500	150	150	100	100
148	CONECTOR (ADAPTOR) PARA CONDULETE PVC CINZA 1"	UNIDADE	500	150	150	100	100
149	ABRACADEIRA CONDULETE PARA ELETRODUTO 3/4"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
150	ABRACADEIRA CONDULETE PARA ELETRODUTO 1"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
151	PARAFUSO 6,0 x 50	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
152	BUCHA PLÁSTICA S8	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
153	TAMPA CEGA PARA CONDULETE 4" x 2"	UNIDADE	200	60	60	40	40
154	TAMPA PARA CONDULETE PVC DUAS TOMADAS	UNIDADE	200	60	60	40	40

155	TAMPA PARA CONDULETE PVC INTERRUPTOR	UNIDADE	200	60	60	40	40
156	TOMADA DUPLA 2P+T PARA CONDULETE SEM PLACA	UNIDADE	200	60	60	40	40
157	CABO COBRE NU 16MM². Avulso - 1,0 Metro.	M	700	210	210	140	140
158	CABO COBRE NU 25MM². Avulso - 1,0 Metro.	M	700	210	210	140	140
159	LUVA EM PVC PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL 3/4"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
160	LUVA EM PVC PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL 1"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
161	CURVA PVC ROSCA 90° PARA ELETRODUTO DE 3/4"	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
162	HIDROFUGANTE PARA CONCRETO E FACHADAS - QUARTZOLITE OU SIMILAR GALÃO 3,6L	UNIDADE	100	30	30	20	20
163	TINTA ACRÍLICA PARA ÁREA EXTERNA/FACHADAS - LATA 18L	UNIDADE	500	150	150	100	100
164	LIQUIBRILHO INCOLOR GALÃO 3,6 L	UNIDADE	300	100	100	50	50
165	REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE SEMI-FLEXÍVEL - SIKATOP OU SIMILAR - KG	UNIDADE	540	162	162	108	108
166	CANTONEIRA DE ALUMÍNIO CORES DIVERSAS - PERFIL L-DIMENSÕES=1,95m x 19,05mm;QUANTIDADE =195 M	METRO	100	30	30	20	20
167	PORCELANATO ACETINADO INTERNO E EXTERNO 70X70CM	M²	2.500	750	750	500	500
168	ESPAÇADOR/NIVELADOR 1 A 5MM - SACO 50 PEÇAS	UNIDADE	100	30	30	20	20
169	CANALETA PARA PISO BOLEADA, CORES DIVERSAS	METRO	150	45	45	30	30
170	TINTA PARA PISO EXTERNO CORES DIVERSAS - 18L	UNIDADE	150	45	45	30	30
171	MANTA ASFÁLTICA 3MM - SIKA OU SIMILAR (ROLO)	UNIDADE	150	45	45	30	30
172	PRIMER PARA MANTA ASFÁLTICA - GALÃO 3,6L	UNIDADE	100	30	30	20	20
173	TELHA METÁLICA TRAPEIZODAL 3,00X1,04M	UNIDADE	1.000	300	300	200	200
174	CUMEEIRA METÁLICA GALVANIZADA TRAPEIZODAL 40X60 - 1M	UNIDADE	500	150	150	100	100
175	CALHA METÁLICA GALVANIZADA	M²	500	150	150	100	100

	DESENVOLVIMENTOS DIVERSOS						
176	RUFO METÁLICO GALVANIZADO EXTERNO 3M X 24 CM	UNIDADE	500	150	150	100	100
177	CHAPIM DE CONCRETO OU SIMILAR ESPESSURA MÍNIMA 25CM - AVULSO 1.0 METRO	UNIDADE	500	150	150	100	100
178	RALO TIPO ABACAXI 100MM	UNIDADE	50	15	15	10	10
179	ESCOVA DE AÇO MANUAL COM CABO PLÁSTICO 5 OU 4 FILEIRAS E RASPADOR	UNIDADE	25	8	8	5	4
180	CIMENTO ARGAMASSA GRAUTE INTERNO E EXTERNO SACO 25 KG	UNIDADE	70	21	21	14	14
181	JANELA DE CORRER ALUMÍNIO. VIDRO DE CORRER 02 FOLHAS 1,00X1,00	UNIDADE	25	8	8	5	4
182	JANELA DE ALUMÍNIO. MAXIM AR SEM GRADE 1,00X0,50	UNIDADE	25	8	8	5	4
183	PORTA DE ALUMÍNIO DE ALUMÍNIO. 90CM	UNIDADE	25	8	8	5	4
184	PORTA DE ALUMÍNIO DE ALUMÍNIO. 80CM	UNIDADE	25	8	8	5	4
185	CHAPA DE POLICARBONATO OU ACRÍLICO COMPACTO TRANSPARENTE 3MM	M²	250	75	75	50	50
186	PORTA TIPO FICHA DIMENSÃO MADEIRA NOBRE 80CM	UNIDADE	20	6	6	4	4
187	PORTA TIPO FICHA MADEIRA NOBRE DIMENSÃO 90CM	UNIDADE	20	6	6	4	4
188	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 60CM	UNIDADE	100	30	30	20	20
189	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 80CM	UNIDADE	100	30	30	20	20
190	KIT ALISAR (3 PEÇAS) PARA PORTAS DE 90CM	UNIDADE	50	15	15	10	10
191	SELANTE ACRÍLICO FLEXÍVEL - BISNAGA OU BALDE DE 5KG	UNIDADE	15	5	5	3	2
192	TORNEIRA DE MESA CROMADA COM TEMPORIZADOR CANO CURTO BICA BAIXA - TIPO PRESSMATIC	UNIDADE	150	45	45	30	30
193	TORNEIRA DE BANCADA CANO MÉDIO TIPO ALAVANCA CROMADA	UNIDADE	25	8	8	5	4
194	CUBA DE EMBUTIR OVAL BRANCO 40X30CM DE LOUÇA	UNIDADE	60	18	18	12	12

195	PEDRA DE GRANITO CORES VARIADAS (CASO FOR DEFINIR COR USAR PRETO SÃO GABRIEL E CINZA ANDORINHA)	M²	100	30	30	20	20
196	ESPELHO LAPIDADO 4mm (a dimensão do espelho varia de acordo com o projeto, por isso o pedido é feito por m2)	M²	50	15	15	10	10
197	CHAPA DE AÇO PLANA ESPESSURA 3mm ,DIMENSÕES 3,00m x 1,20m (LARGURA X ALTURA) OU SIMILAR	M²	250	75	75	50	50
198	TUBO DE AÇO TIPO METALON,DIMENSÕES 20 x 20 x 6000mm (LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA) ESPESSURA 5mm, BARRA DE 6m	UNIDADE	200	60	60	40	40
199	PLACAS DE MDF, CORES DIVERSAS 22mm DIMENSÕES DA CHAPA 1850 x 2750mm, UNIDADES DE FORNECIMENTO UND. (POR CHAPA) a cor varia dependendo do projeto	UNIDADE	500	150	150	100	100
200	FITA DE BORDA PARA MDF CORES DIVERSAS 22mm unidade de fornecimento rolo 50M (a cor varia dependendo do projeto) Fita de borda de plástico PVC	ROLO	200	60	60	40	40
201	BARRA CHATA 2" X 3/8"	KG	1.500	450	450	300	300
202	TUBO AÇO GALVANIZADO, DIMENSÕES 1/1,55MM - 6M	UNIDADE	500	150	150	100	100
203	PLACA DE GESSO STANDART ACARTONADO (DRYWALL) 1,80X1,20M BRANCA	UNIDADE	500	150	150	100	100
204	PERFIL METÁLICO TIPO AÇO ZINCADO PARA INSTALAÇÃO DE ACARTONADO F530 PARA FORRO (4,6CMX1,8CMX3M)	UNIDADE	300	90	90	60	60
205	FITA TELADA AUTO ADESIVO PARA JUNTAS DE DRYWALL BRANCA BRANCA 5mm (ROLO 30m)	UNIDADE	50	15	15	10	10
206	MASSA PARA DRYWALL (MASSA PRONTA PARA TRATAMENTO DE JUNTAS) 15KG	UNIDADE	200	60	60	40	40

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

(Nome e Cargo)

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____ / 2024 – SAP
PROCESSO NUP 18001.001829/2024-61

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO E A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO situada na Rua Tenente Benévolo, nº. 1055, Meireles, Fortaleza-CE., CEP: 60.160.041, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.530/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a Celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº 20240032 e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 20240032, o Termo de Referência, a proposta da contratada e, eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de insumos para manutenção das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado do(a) publicação, na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se, respectivamente, definidas no Termo de Referência, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a

terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e

eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018](#) deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias:

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas, conforme o caso:

2024 – 18100004.06.421.197.20843.03.339030.1.5009100000.0 – 13138

2024 – 18100010.06.122.421.20158.03.339030.1.5009100000.0 – 28115

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

Visto:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)